



WWW.CDDMOZ.ORG

# POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 24 de Novembro de 2024 | Ano VI, n.º 643 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

CRISE POLÍTICA E DE DIREITOS HUMANOS

## Diálogo deve ser inclusivo para evitar erros do passado



**M**oçambique vai mais uma vez ao diálogo para pôr fim a mais uma crise política e de direitos humanos sem precedentes. Convocado para a próxima terça-feira, 26 de Novembro, pelo Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, o diálogo deve ocorrer com os quatro candidatos ao cargo de PR nas eleições de 9 de Outubro, nomeadamente: Lutero Simango do Movimento Democrático de Moçambique (MDM); Daniel Chapo da Frelimo; Venâncio Mondlane, suportado pelo partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS) e Ossufo Momade da Renamo. No passado, o diálogo, sobretudo sobre questões de natureza política, com origem em eleições, foi exclusivamente feito pela Frelimo e pela Renamo, excluindo outras forças vivas da sociedade. Do diálogo resultaram con-

sensos, quase sempre, com ganhos para os dois partidos e para o MDM porque representado no parlamento, e não para a democracia e para o povo. A forma como funcionam os órgãos de governação eleitoral (Comissão Nacional de Eleições – CNE – e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE) e outras instituições do Estado, que são sempre factor de instabilidade, como acontece, neste momento, é disso exemplo. O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) defende que conduzir um diálogo apenas com os candidatos presidenciais e seus partidos é manter esse modelo polarizador que se mostrou ineficaz e nocivo. Para o CDD, o diálogo deve ser o mais inclusivo possível, até tendo presente que a actual crise, apesar de ter nas eleições o seu mote, envolve questões económicas e sociais.

## Contexto da crise e seu impacto

Depois das eleições de 9 de Outubro, consideradas as mais fraudulentas desde 1994, quando foram realizadas as primeiras eleições que instalaram a democracia, seguiu-se um período de muita contestação que terminou com o povo nas ruas, clamando por justiça eleitoral e logo a seguir protestando contra o assassinato de Elvino Dias e Paulo Guambe, respectivamente, advogado e assessor de Venâncio Mondlane, e mandatário do PODEMOS. A estas duas causas de protes-

tar se juntaram outras, nomeadamente de carácter social e económico, destacadamente o clamor por segurança, saúde, educação, qualidade de vida e criação de instituições fortes e livres.

A Polícia, que como sempre reprime as manifestações, que é uma das razões dos protestos, interveio com violência e matou mais de 60 pessoas, feriu mais de mil e promoveu mais de 4000 detenções arbitrarias, provocando uma crise de direitos humanos sem

precedentes. O país parou durante cerca de um mês, com impacto em todos os sectores.

Depois de muito tempo em silêncio, e devido à pressão social, o PR decidiu convocar o diálogo com Lutero Simango, Daniel Chapo, Venâncio Mondlane e Ossufo Momade.

Dos quatro candidatos, Lutero Simango e Venâncio Mondlane, este último que já apresentou os termos de referência, já aceitaram o diálogo, que deve começar no dia 26 de Novembro.



### Como irá Venâncio Mondlane participar do diálogo?

Fora do país desde 21 de Outubro em busca de segurança, Venâncio Mondlane, um dos actores importantes para o diálogo, enviou ao gabinete do PR os termos de referência para o diálogo. Contém 20 pontos principais e alguns pontos prévios. Mondlane diz que vai participar virtualmente. A justiça moçambicana move processos-crime e cível contra aquele candidato presidencial, enquanto líder das manifestações. Na sequência de tais crimes podem existir mandados de captura contra Mondlane, o que significa que a sua vinda ao país pode culminar com a sua detenção. Nos pontos prévios Mondlane exige que os processos contra si movidos sejam extintos, porque "ilegais, parciais e imorais". Porque o diálogo está marcado para o dia 26, tudo indica que Mondlane irá participar do mesmo virtualmente.

### Um diálogo inclusivo para evitar erros do passado

Uma das causas da crise em que o país se encontra mergulhado é a configuração da CNE, do STAE e do CC, que permite que os órgãos sejam controlados por partidos políticos com representação parlamentar. Esse modelo resultou de acordos celebrados entre a Frelimo e a Renamo no quadro das negociações para o fim das crises pós-eleitorais cíclicas que até 2023 eram caracterizadas por manifestações de ruas, mas sobretudo por conflitos militares entre a Renamo e as forças de segurança, controladas pela Frelimo, o partido que dirige o país desde 1975.

Do diálogo resultaram consensos, quase sempre, com ganhos para a Frelimo e para a Renamo, para o MDM porque representado no parlamento, e não para a democracia e para o povo. O CDD defende que conduzir um diálogo apenas com os candidatos presidenciais e seus partidos é manter esse modelo polarizador que se mostrou ineficaz e nocivo. Para o CDD, o diálogo deve ser o mais inclusivo possível, até tendo presente que a actual crise, apesar de ter nas eleições o seu mote, envolve questões económicas e sociais, destacadamente o clamor por segurança, saúde, educação, qualidade de vida e criação de instituições fortes e livres.





*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autores:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

